

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO (CMDU) – BIÊNIO 2021-2023 – 24/11/2021.

Às nove horas e vinte minutos do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e vinte e um foi iniciada a segunda reunião ordinária do biênio dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e três do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU) de forma híbrida: presencialmente na Associação Comercial de Santos, sito à rua quinze de novembro, número cento e trinta e sete e virtualmente pela plataforma Cisco Webex com link de acesso a seguir previamente enviado por e-mail <<https://santos.webex.com/santos/j.php?MTID=mefae5c854d2ffdf1bbac8b1b08983c55>>, estando presentes os conselheiros conforme lista de presença anexa. O presidente do conselho, arquiteto Glaucus Farinello iniciou a reunião lembrando aos conselheiros da realização de audiências públicas do processo de revisão da lei de uso e ocupação do solo (LUOS) e do plano diretor (PD), convidando-os a participar. O arquiteto e representante da UNISANTOS, José Marques Carriço, questionou sobre o prazo para envio das contribuições para a revisão das referidas leis; o arquiteto Glaucus esclareceu que oficialmente o prazo se encerraria na próxima sexta-feira, vinte e seis de novembro, mas como membro do CMDU, o conselheiro poderia enviar suas contribuições nas próximas reuniões da comissão especial de legislação, marcadas para os dias três, oito e dez de dezembro próximos. A coordenadora de políticas urbanas, arquiteta Laís de Oliveira iniciou a apresentação de slides anexa à esta ata destacando as mudanças propostas nas reuniões da comissão especial de legislação. Durante a apresentação, o sr Ronald do Couto Santos (SEPORT), esclareceu que, na argumentação para mudança do artigo trinta e um da LUOS, faltou o registro de manifestação deste com o esclarecimento de que, além da argumentação do uso noturno, a atividade de estacionamento já existe em uso desconforme nas vias citadas para mudança, assim, a proposta seria vincular a permissão com a revitalização do imóvel. O sr. Frederico Marins esclareceu que foi o AEAS que questionou se a proposta para liberação do uso misto em edículas se daria para os novos projetos ou somente para os existentes, não a SINDUSCON. Ao fim da apresentação, às nove e cinquenta e oito da manhã, a arquiteta Laís abriu a palavra para contribuições dos conselheiros. O sr. José Carriço reforçou a importância de que a apresentação exposta em reunião fosse compartilhada por e-mail, assim como as atas em tempo hábil para leitura e manifestação. Sobre a aprovação da ata da primeira reunião do biênio dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e três, Thaís Helena (UNIFESP) pediu que fosse acrescentado à esta os nomes dos conselheiros que compõem as comissões

especiais e, portanto, a ata não foi aprovada. A sra. Lenimar Rios (CONCIDADANIA) pediu que para as propostas e sugestões sejam elaborados desenhos para melhor entendimento dos conselheiros que não são especialistas; a arquiteta Laís respondeu que, nos casos possíveis, a SEDURB tentaria fazer desenhos esquemáticos das propostas. A chefe do departamento urbano, arquiteta Veridiana Nobre, apresentou fotos da divulgação das audiências públicas em ônibus, mídiaPull, redes sociais da prefeitura e outros meios (conforme apresentação anexa), reiterou ainda que a divulgação foi intensificada no processo de revisão atual. A sra. Lenimar acrescentou que deve haver uma campanha intensa de divulgação do processo de revisão a respeito dos temas que interferem diretamente na vida das famílias, as sras. Thaís (UNIFESP) e Mônica Viana (CAU-SP) concordaram com o pleito. A arquiteta Laís acrescentou que é fundamental que os conselheiros do CMDU divulguem em seus respectivos segmentos para que o maior número de munícipes seja informado e participe, pediu que os professores membros do conselho divulguem em suas turmas nas universidades pois não houve, até o momento, participação nem nas oficinas e nem nas audiências de estudantes de Arquitetura e Urbanismo que entendem a importância temática e dos quais os conselheiros tem acesso e influência direta. Por sua vez, a sra. Monica Viana (CAU-SP) reforçou a proposta da sra. Lenimar (CONCIDADANIA) sobre a sensibilização e mobilização para ampliar a participação dos cidadãos no debate, sugerindo a elaboração de uma cartilha educativa. O sr. José Carriço reconheceu o esforço da SEDURB sobre o trabalho realizado na produção dos diagnósticos, considerou também fundamental a sensibilização dos munícipes como dito pelas sras. Lenimar e Mônica, sugeriu políticas de regeneração da cidade para reutilização do estoque imobiliário sem uso; sugeriu que o chamamento para as audiências fosse publicado na página inicial do site da prefeitura, com linguagem mais acessível e manifestou que o Prefeito de Santos deveria ajudar na divulgação e mostrar a relevância no tema. O sr. Bruno da Cruz (Associação Habitacional Vila Sapo) acrescentou que a população em geral não entende os termos técnicos e, portanto, não consegue participar do processo; pediu também que a convocação para as reuniões do CMDU fosse enviada com maior antecedência; os demais conselheiros concordaram. A conselheira Samara Faustino (Associação Cortiços do Centro) relatou que tentou sensibilizar a comunidade em que vive mas eles não entendem a importância do tema, reconhecendo que a SEDURB tentou convocar uma oficina para explicar o tema aos moradores associados, porém, devido à pandemia e o aumento das necessidades básicas da população envolvida, não foi possível o agendamento com a SEDURB; finalizou ratificando a importância da fala e do debate estar em linguagem mais acessível.

A arquiteta Laís reconheceu a complexidade do tema e esclareceu à sra. Samara que a dificuldade não se verifica apenas em sua comunidade, mas que os próprios conselheiros também têm dificuldades. Por sua vez, o sr. Martinho Leonardo (Associação dos Moradores do Bairro Aparecida) reforçou a importância da divulgação pelas grandes mídias do processo de revisão da legislação urbanística, pediu também que as reuniões do conselho voltassem a ser inteiramente presenciais; a sra. Lenimar respondeu que alguns conselheiros precisam estar presentes apenas virtualmente em decorrência da situação sanitária. O secretário executivo do conselho, sr. Rogério Mathias Conde lembrou aos membros que temos um conselho misto formado por representantes do poder público e da sociedade civil e se os conselheiros entendem que a comunicação não está sendo eficiente devem participar ativamente do processo de divulgação; a arquiteta Laís contribuiu para a questão esclarecendo que a SEDURB está tentando trabalhar a longo prazo, elaborando inclusive oficinas educativas, nas quais foi identificada a dificuldade da população com os termos e debates, ratificou que a SEDURB está fazendo todo o esforço possível para que o processo de revisão alcance parcela significativa da população. O sr. Rogério Conde sugeriu que o CMDU tenha uma assessoria de comunicação para ajudar no processo de divulgação e conscientização dos cidadãos; retomou aos pontos da pauta ratificando que a ata não foi aprovada para que os conselheiros tenham mais tempo para lê-la, e sugeriu aos membros mudança no regimento interno, artigo quatorze, parágrafo primeiro, para que a partir da próxima reunião ordinária do CMDU a sessão seja iniciada quinze minutos após o horário marcado, com qualquer número de membros; por unanimidade, o pleito foi aprovado pelos conselheiros. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada às onze horas e dois minutos. Para a lavratura da presente ata que lida e achada exata, vai assinada por mim, Paloma Henriques Fiuza, e pelo presidente, Glaucus Renzo Farinello.

GLAUCUS RENZO FARINELLO
Presidente do CMDU

PALOMA HENRIQUES FIUZA
SEDURB